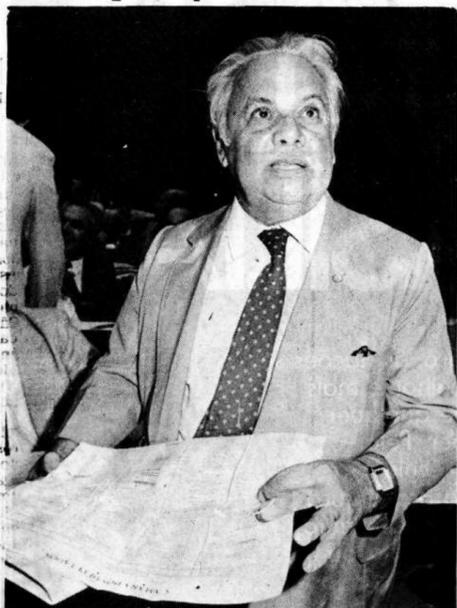


Daso começa a convocar o Centrão

Grupo quer votar, na primeira semana, as mudanças do Regimento



Daso aproveita feriados para reexaminar textos

A partir de segunda-feira, dia 28, o **Centrão** começará a convocar todos os seus integrantes para que retornem a Brasília no dia 4, sem falta. Segundo o coordenador do grupo, deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), com o retorno maciço dos centristas, logo após os feriados do fim de ano, a votação do Regimento Interno da Constituinte poderá ser concluída na primeira semana de janeiro.

Além do trabalho de mobilização dos constituintes que integram o **Centrão**, o grupo de coordenação se ocupará, no decorrer desta semana, de fazer um resumo de todo o texto constitucional, juntamente com as emendas apresentadas pelos centristas. Daso Coimbra revelou que a parte de correção do substitutivo do **Centrão** ficará a cargo dos deputados José Lins (PFL-CE), José Bonifácio (PFL-MG) e Paes Landim (PFL-PI).

A convocação para que os centristas retornem a Brasília no dia 4 de janeiro será feita através de telegramas e de telefonemas. O deputado Daso Coimbra explicou que os constituintes do grupo receberão ainda uma carta contendo todos os avanços obtidos até agora pelo grupo. "Na realidade, estamos enviando um balanço dos resultados das negociações que já foram feitas". Ele acrescentou que, neste relatório, cada constituinte poderá ter uma idéia sobre como anda

a fase de redação do substitutivo contendo as principais modificações inseridas no texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

O deputado Daso Coimbra revelou que, a partir do dia 4 de janeiro, o **Centrão** iniciará a coleta das assinaturas referentes aos substitutivos de cada título. Confirmou que o **Centrão** decidiu redigir emendas substitutivas para todos os títulos, inclusive, para o preâmbulo, cujo texto votado na Sistematização foi considerado ruim. Daso Coimbra disse ainda que o grupo decidiu aproveitar boa parte do preâmbulo escrito pela Comissão de Notáveis, autora do anteprojeto Afonso Arinos.

Dentre as modificações ao texto da Sistematização propostas pelo **Centrão**, o título da Ordem Econômica é o que sofreu mais alterações. Os centristas se preocuparam em mudar vários conceitos em relação a empresa nacional, cortando os artigos que estimulam a discriminação ao capital estrangeiro. Outra preocupação do grupo foi o de reduzir o papel do Estado na economia. Para isso, retiraram a proibição dos contratos de risco para a exploração de petróleo por empresas multinacionais, e da distribuição em território nacional dos derivados de petróleo, nacionalizada pela Sistematização.

Alguns títulos, porém, não sofreram modificações, como é o caso do título

referente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O que foi aprovado na Sistematização ficará inalterado, segundo assegurou o deputado Daso Coimbra.

No título relativo a Direitos Sociais, no qual o PTB poderá rachar com o **Centrão** caso as suas propostas não sejam aceitas em sua totalidade, o deputado garantiu que boa parte das emendas dos petebistas será aproveitada "em pelo menos 90%". Ele admitiu, no entanto, que a emenda sobre licença gestante poderá criar alguns entraves dentro do **Centrão**, já que a tendência da maioria é de não fixar a licença maternidade no texto constitucional deixando para a lei ordinária.

Daso Coimbra revelou ainda que o **Centrão** não tem pretensão de obter consenso de todos os seus integrantes para a votação de todo o texto constitucional. Frisou, contudo, que eventuais desentendimentos não irão enfraquecer o grupo. Os deputados Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), Eraldo Tinoco (PMDB-BA) e Jofran Frejat (PFL-DF) já iniciaram contatos com o grupo dos 32, coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR), a fim de obter o apoio desses parlamentares para algumas emendas do **Centrão**. "Se faltar apoio dentro do **Centrão**, temos maneira de conseguir em outros grupos", garantiu o deputado.

Quércia não se reúne com "históricos"

São Paulo — Não está entre as preocupações do governador Orestes Quercia participar ou não da reunião que os peemedebistas "históricos" realizarão no próximo dia 9, em Brasília. Enquanto o seu sucessor, Franco Montoro, e os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso articulam esse encontro, ele ironiza: "Quando não se quer resolver o problema se convoca uma reunião". A proposta dos "históricos" de realizar uma convenção nacional extraordinária para definir posições do partido quanto à duração do mandato do presidente José Sarney e a relação do PMDB com este também não é bem recebida por Quercia. Ele acha que poderá chegar ao mesmo resultado da anterior: "Não decidir nada". Ou ainda pior: "Uma convenção agora é que vai rachar o partido". O governador comentou bem humorado que tanto a reunião como a convenção poderão ser boas do ponto de vista democrático, mas não do ponto de vista prático: "O essencial de tudo, o mais importante para o Brasil, é que votem logo a Constituição".

Quando é quente o Rio

MEENEDES RIBEIRO Colaborador

O Rio nasce quente. Por assim nascer, ganha o nome. Corre ainda mais quente. Nas suas águas, cantam, se curam os males. Males sem conta. Encravada entre montes baixos, arremedos de serra, segundo o poeta anônimo perdido no Cerrado, a paisagem se desdobra em verde. Explode nas cores inimagináveis da vegetação insuportavelmente pródiga. Enrola-se, serpenteando as elevações, buscando o céu sem nuvens, onde o azul se encastela coroadando a obra do Senhor. Se o mais convicto dos ateus não temer o desafio do óbvio e, chegar neste canto onde o encanto fez morada, fatalmente se converterá. Nada explica a perfeição. Salvo Deus. São as águas de Goiás. Gente de mil pontos na terra, se entendem em línguas desiguais. O belo, é denominador comum. O ímpar extasia, sem exceção. O inusitado, fascina. O apontar ao mortal o poder do imortal, dá ao humilde a certeza da exaltação no depois. Acentua a dúvida sempre presente em quem carrega orgulho desmedido, para além da sua imaginação. Ninguém, solitariamente, cria. Salvo a Energia Maior. E dizer-se tal paraíso junto a Goiânia. Goiânia, subitamente amaldiçoada, como se fosse justo a irresponsabilidade de raros, varrer as benesses do Senhor! Perigo? Nesta imensidão de calma e recolhimento, a ameaça do fim? Decididamente nunca. Não neste país diferenciado. Banhem-se no Miuano açoitando o sem-fim das colinas. Mandem os olhos gravar o sol se pondo no Guaíba. Ou nascendo. Será igual. Um pouco acima, nas cataratas do Iguaçu, ou no que delas sobram, encharquem-se, após acompanharem o litoral catarinense torneado e imprevisível qual as mulheres lindas como o quê. Venham vindo. Guanabara. Redentor. A reliquia mundial de Ouro Preto. Itapoã. Abaeté. As mil cores das serras do Nordeste. A sinfonia do Pantanal. Os mistérios da Amazônia. A fé, carregando a seca rumo ao progresso, que, lento, porém firme, se enraíza no Norte. Ah! Terra das terras! Gostaria de, heróico, fixar tuas cores. Lírico, ninar tuas formosuras. Doce, marcar as meiguices que Deus semeou para colhermos. Aqui o Rio é quente. Por assim nascer, ganha o nome. Se o mais desprezido dos ateus, aceitasse o desafio, em chegado se converteria.

PTB quer manter avanços sociais

O PTB não pretende abrir mão da parte social do texto da nova Constituição, embora admita fazer pequenas alterações, como na estabilidade. Mas isso, na prática, representa substituir a estabilidade formal aprovada pela Comissão de Sistematização por uma garantia de indenização em dobro, nos moldes da emenda do líder Gastone Righi, que foi rejeitada pelo plenário. Segundo o deputado Roberto Jefferson, que vem negociando com o **Centrão** pelo PTB, seu partido não admite retirar a licença de 120 dias para as gestantes, como deseja uma grande

parte dos centristas, sob a alegação de que esse instituto acabará marginalizando a mulher em idade fértil do mercado de trabalho. O PTB alega que defende um tempo para o aleitamento materno achando inclusive que se encaixa plenamente nos programas neste sentido desenvolvidos em todo o País. O partido também quer que o **Centrão** avalize a proposta que dá a todos os empregados o direito de receber um terço de seu salário como ajuda de férias. O **Centrão** prefere deixar estes assuntos para a legislação ordinária.

Egídio quer Carta para acabar crise

TARCISIO HOLANDA Repórter Especial

O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), um dos principais ideólogos do PMDB, alinhava-se inteiramente com a posição que vem de assumir Ulysses Guimarães, quando sustenta que a crise brasileira é principalmente político-institucional, considerando fundamental, neste momento, "que se apresse a tarefa de elaboração da nova Carta Constitucional".

Saimos do regime autoritário, segundo o deputado pernambucano, e ainda não conseguimos reconstruir as instituições democráticas desagregadas por mais de 20 anos de arbítrio. Temos, portanto, o mais longo processo de transição política da história contemporânea, o que impõe prioridade número um à promulgação do novo texto constitucional. O Brasil está pronto e amadurecido para a prática da democracia, segundo Egídio, que vê no surgimento do **Centrão** o sintoma de que o nosso parlamento está preparado para o conflito entre a maioria e a minoria. "Estamos muito próximos da democracia. Basta que criemos os mecanismos institucionais adequados à prática democrática," sentença.

O clima de inquietação geral não deve ser motivo de espanto. Lembra o deputado pernambucano que, em pleno curso, o trabalho de elaboração constitucional deixa pendentes direitos e garantias, privilégios de pessoas e instituições — a Igreja, os trabalhadores, os empresários, as Forças Armadas. Assim mesmo, mostra-se otimista com o futuro, sustentando que um país que suporta o vazio institucional em que mergulhamos está preparado para exercer a democracia.

Observa que, desde 83, o regime autoritário dava sinais claros de esgotamento. Era um moribundo que estava na UTI. — Mas a convergência da crise econômico-financeira e social com a política e institucional não lhe preocupa? Temos uma tendência, no Brasil, para a sinistrose, a visão catastrófica. E verdade que o País vive uma situação grave, mas ele já revelou capacidade excepcional para se recuperar. A crise é grave. E institucional, é moral e é ética, também. Não adianta esse anúncio do ministro Ronaldo Costa Couto de que o Governo vai combater a corrupção. O Governo não tem força e autoridade para uma limpeza na ordem de grandeza anunciada — afirmou Egídio.

O deputado pernambucano adverte que não é um

moralista, na exata acepção do termo. Sabe que a corrupção impregna a alma humana. Mas observa que o nível de corrupção é muito alto no Brasil. Muitos colaboram para isso, em seu entender, inclusive os capitalistas que não estão interessados em fortalecer o regime da livre iniciativa, mas em se locupletar, ainda que à custa dos sacrifícios da maioria. — Muitos capitalistas querem que o Estado seja um instrumento de estímulo e segurança para seus negócios, não um meio de preservar o equilíbrio social — diz Egídio. Essa deformação está enraizada em nossa tradição cultural, existindo diversos organismos no aparelho do Estado que servem para distorcer o próprio regime da economia de mercado. Assim mesmo, ele se mostra otimista com o futuro, ressaltando que começam a surgir empresários dominados por uma mentalidade mais moderna e dispostos a lutar para substituir o capitalismo selvagem pelo capitalismo civilizado.

SOLUÇÃO

Na longa conversa que manteve com o senador Marco Maciel, presidente do PFL, Egídio Ferreira Lima fez uma longa avaliação da crise, chegando à conclusão de que ela é eminentemente institucional. Ficou satisfeito por ter o presidente do PFL chegado à mesma conclusão, também considerando prioritário que se apresse a elaboração da nova Carta Constitucional, única forma de coroar o processo de democratização. — Mais satisfeito ficou Egídio por ter Maciel subscrito sua emenda, junto a mais de 230 parlamentares-constituintes, dispondo sobre a implantação do parlamentarismo no Brasil. Esta, para ele, é a única forma de solucionar a crítica situação de nossas instituições, que atravessam crises intermitentes, desde a Proclamação da República, mercê dos erros do nosso sistema presidencialista.

O presidencialismo se esgotou — disse — pela modernidade alcançada no País. Temos uma diversificada e dinâmica inteligência que se espalha pelas universidades, centros de pesquisas, pela comunidade científica, enfim. Esse regime presidencialista deformado não permite que a nossa inteligência se manifeste com o seu poder criador.

Essa inteligência requer um Estado Novo, plural, aberto para a Sociedade e não uma estrutura de Estado imperial, personalista e sem flexibilidade para se amoldar às crises. O atual regime é responsável "pelo mais torpe alijamento, gerando o empregulismo que

hoje arrepia a consciência nacional".

Tanto isso é verdade — sustenta Egídio — que o País entra em convulsão sempre que se elege um Presidente despreparado ou quando o eleito adocece; Jango está no primeiro caso, Costa e Silva ilustra os dois exemplos. Era um homem muito simples, não suportou o drama humano que lhe custou decretar o AI-5 e adoceceu. Tivemos a primeira Junta Militar instalada ostensivamente na história do Brasil.

O repórter observa que, segundo opinião consensual, o presidencialismo se fortaleceu com a decisão da Comissão de Sistematização em favor dos quatro anos de mandato. Egídio concorda que aparentemente sim, mas observa que o grupo parlamentarista não tinha outra alternativa, diante de certas circunstâncias. A começar pelo fato de que, se desse cinco anos a Sarney, o Presidente teria força e prestígio para inviabilizar qualquer chance de introdução do regime de gabinete.

Agora, os parlamentaristas podem se beneficiar das contradições existentes e, quem sabe, até negociar com Sarney os cinco anos em troca de sua concordância com a implantação do novo regime. Os candidatos potenciais a Presidente estão divididos quanto à forma de Governo. Egídio lembra que Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro defendem o parlamentarismo.

Os melhores quadros tendem a encerrar o regime de gabinete como o grande caminho para lhes abrir oportunidades de ascensão. Este é o regime que institui um sistema de seleção muito rigoroso pelo qual só os melhores quadros podem aparecer. E temos aí uma fornada de jovens políticos à espera de oportunidades.

Egídio Ferreira Lima cita os deputados Saulo Queiroz (secretário geral do PFL), Alcenir Guerra (PFL-PR), Nelson Jobim (PMDB-RS), José Serra (PMDB-SP), Arthur da Távola (PMDB-RJ), o próprio ex-ministro Delfim Netto, do PDS de São Paulo, além do presidente desse partido, o senador paraense e ex-ministro Jarbas Passarinho.

— E não me venham dizer que o Governo seria do PMDB. Poderá ser do PMDB agora, para ser de outro partido em seguida — comenta o deputado pernambucano.

O essencial, para ele, é que o País encontre um estável caminho institucional para, através dele, buscar as soluções adequadas aos nossos grandes problemas econômicos e sociais. Com isso, voltaríamos a uma política de pleno desenvol-

vimento e a um fatal processo de redistribuição da riqueza nacional. Egídio continua a crer que o Brasil estará entre as grandes Nações do mundo dentro de trinta anos.

Egídio afirma, em favor do parlamentarismo, que os regimes políticos, como os homens, nascem, evoluem, se exauram e morrem, como é o caso do presidencialismo entre nós. O presidencialismo, para ele, nunca foi uma solução institucional para o nosso País, tanto que tivemos mais período de anormalidade do que de normalidade desde o nascimento da República.

O nosso presidencialismo começou a dar sinais de exaustão a partir de 1946 até se mostrar inteiramente inviável com a renúncia espetacular de Jânio Quadros, em 1961. Sequer funcionou no regime autoritário. Veja-se o drama de Castello, por duas vezes ameaçado de deposição; veja-se o drama de Costa e Silva, pressionado para editar o AI-5, depois sofrendo um acidente circulatório por não suportar o peso das pressões. O general Geisel só sobreviveu porque era um homem forte, que teve alguns gestos de estadista, como diante das mortes de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, quando demitiu seguidamente os generais Ednardo D'Ávila Melo, Sílvio Frota (do Ministério do Exército) e Hugo de Abreu (da chefia da Casa Militar). Figueiredo terminou repellido pelo povo, quando podia ter indicado o homem para concluir a transição. Foi vencido pela vaidade e a estupidez. Ao invés de ouvir o Dr. Leito de Abreu, preferiu ouvir os generais Octávio Medeiros e Walter Pires.

A CRISE DO PMDB

Gravidez chegou para o partido, segundo Egídio. Está na hora do partido — ele mesmo acrescenta para observar que o PMDB deixará de ser uma frente de correntes ideológicas para se transformar em um Partido. E o surgimento do **Centrão** mostrou que a votação do PMDB é de um partido social-democrata. Egídio defende Covas, dizendo que as críticas que têm sido formuladas contra ele são infundadas, superficiais e maliciosas. Ele entende que o PMDB tinha necessariamente que atravessar a atual diáspora para se purificar. E foi a Constituinte que ensajou esse processo de decantação através do conflito ideológico. E o PMDB que ficou ao lado de Covas é a maioria, para Egídio, com 170 constituintes contra os 130 que aderiram ao **Centrão**.

— Não é preciso expurgo, que não se compadece com a nossa tradição partidária. Quem expurga é o processo. Quem não se sentir bem vai embora, vai formar o partido conservador, que tem seu lugar no Brasil. O que está ocorrendo é a desincorporação do grupo que Tancredo levou para o PMDB, quando Figueiredo deu o golpe de misericórdia no PP, introduzindo o voto vinculado para a eleição de 82. O País reclama a Carta outorgada em 1937. Julgamos a aplicação por dever de ofício, com as cautelas do senso jurídico e da prudência. A administração Pública a

Constituinte e reforma regimental

JOSAPAT MARINHO Colaborador

Encerraram-se os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, neste ano, sem decisão sobre a reforma regimental. Não se concluiu a maioria parlamentar sobre a forma definitiva de deliberar a respeito do Projeto de Constituição. As divergências em torno da matéria constitucional geraram a iniciativa de modificação do Regimento. A modificação regimental, controversa, retarda o exame do esboço de Constituição. Entra a Constituinte, assim, após meses de labor construtivo, num círculo vicioso. O esforço fundamental, provocando a afluência de conflitos intensos entre tendências diversas, desperta a inadequação de regras formais estabelecidas. O receio de mudanças profundas no Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização dificulta a alteração das normas procedimentais.

invoca entre contradições e constrangimentos.

Por falta de normalidade institucional e dado o crescente agravamento de problemas nacionais no campo econômico e financeiro, o Presidente da República é solicitado a apelar para o decreto-lei. Desse modo, iniciativa já providamente contrária ao regime democrático, e de que tanto abusou o sistema discricionário, continua em prática. Em consequência, medidas que atingem volume ponderável da população têm sido e serão adotadas para conhecimento posterior do Congresso Nacional e sem prejuízo dos efeitos delas decorrentes. Além disso, predominando a atividade constituinte, naturalmente, sobre a função legislativa ordinária, demora a apreciação dos decretos-leis. Podem estes, portanto, ser invalidados sem exatidão, pelo decorso do prazo fatal de sessenta dias.

Nesse quadro anormal, a tendência é de ampliar-se e elevar-se a insatisfação popular. Quando a crise política é isolada, o clima de bem-estar, no plano econômico, reduz e contém a inquietação pública. Se há, porém, ebulição nas duas áreas, como na paisagem brasileira atual, as forças políticas devem servir de comportas à maré montante. Não é fácil aos partidos e seus representantes essa missão redutora de paixões e reclamos. As questões de curso prolongado somam-se as que vão surgindo com os debates na Constituinte. A principal delas, inevitavelmente, é a da perspectiva de eleição presidencial no ano próximo. Mesmo sem decisão final nesse sentido, a propagação de idéias e o deliramento de candidatos introduzem elementos novos nos problemas preexistentes e criam outros fatores de controvérsia.

De qualquer sorte, a Assembleia Constituinte há de reiniciar sua tarefa, em 1988, no propósito de restringir as questões formais para resolver as de natureza substantiva. Traçar os contornos definitivos da estrutura constitucional será estímulo a que o povo confie mais no processo de renovação das instituições e em corretivos às dificuldades correntes. Cumprir criar esperanças e não alimentar descontentamentos. Nas crises, toda desatenção pode conduzir ao precipício. Nessas horas, como advertiu certa vez Otávio Mangabeira no parlamento, há o risco de dançar-se no convés, enquanto a água entra pelos porões.

MISSA DE 7º DIA
DR. PAULO SÉRGIO EDREIRA NEVES
Médico Pediatra
Raquel, Rafael, Gustavo e Fabiola (esposa e filhos), Maria e Nilson, Ramon Henrique e Carlos Roberto (pais e irmãos) comunicam o Passamento do querido Paulo Sérgio; convidam para a Missa que mandam celebrar em intenção à sua alma, dia 26, sábado às 16 horas, em Goiânia - GO no Santuário Dom Bosco, Setor Oeste; e agradecem a solidariedade recebida.